

GES
PCPI

Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P. C. F.

RESOLUÇÕES saídas de uma reunião de DIREÇÃO CENTRAL

I — CONSPIRATIVO

Verificando por parte do fascismo uma intensificação das persguições ao nosso Partido; verificando um agravamento da situação conspirativa do Partido, em consequência da evolução dos acontecimentos políticos; Verificando, por outro lado, que continuam a dar-se sérias faltas conspirativas por parte de muitos camaradas, resolve-se:

1º. — Cumprir e fazer cumprir as resoluções de carácter conspirativo postas pelo Secretariado e pelos organismos de Direcção.

2º. — Indicar a todas as organizações que tomem medidas imediatas para a sua defesa e dos quadros respectivos.

3º. — Reforçar a vigilância em matéria conspirativa, pelo controle apertado do trabalho partidário de cada camarada.

a) — Ao mesmo tempo, aconselha-se todos os camaradas do Partido a que ajudem os anti-fascistas a adoptarem medidas adequadas á sua defesa e das suas organizações.

II — QUADROS

Verificando-se nalguns quadros do nosso Partido um afrouxamento de actividade, pouca seriedade, faltas de disciplina e fraca moral comunista, que, a persistirem, podem comprometer o trabalho do nosso Partido.

1º. — Camaradas há que não acompanham a situação política actual; não estudam os problemas nacionais e dos seus sectores de actividade; e não acompanhando o ritmo do desenvolvimento do Partido; deixam-se assim ultrapassar pelos acontecimentos. Outros há que perderam as perspectivas da luta libertadora do nosso povo e subestimam a força do Partido e das massas.

2º. — Há camaradas que não zelam devidamente os fundos do Partido e que fogem ao reconhecimento dos seus erros. Há camaradas que encobrem ao Partido graves faltas cometidas, dando assim provas de falta de seriedade incompatível com a sua qualidade de comunistas.

3º. — Certos camaradas não cumprem as resoluções tomadas e esquivam-se ao controle, dando provas de indisciplina que comprometem a unidade do Partido.

4º. — Tem havido casos de procedimento na vida privada de alguns camaradas, que são impróprios dumã sã moral comunista.

No sentido de pôr cobro imediato a este estado de coisas e defender a pureza dos princípios ideológicos do nosso Partido, resolve-se:

1º. — Intensificar o trabalho político em todo o Partido, promovendo em todos os escalões a discussão dos problemas fundamentais da hora presente e ajudando ao desenvolvimento dos quadros.

2º. — Desenvolver em todo o Partido a crítica e auto-crítica comunistas como meio de educação dos militantes do Partido, de forma a que todos os camaradas se sintam á vontade para colocarem e reconhecerem as suas faltas e erros.

3º. — Fortalecer a disciplina partidária, exigindo de cada militante o cumprimento das resoluções tomadas.

4º. — Melhorar a educação dos quadros do Partido, tanto no seu convívio com as massas como na vida privada.

5º. — Como boa política de recrutamento, responsabilizar cada militante e a respectiva organização pela admissão de novos membros, exigindo uma biografia

de cada candidato.

A Direcção do Partido está firmemente resolvida a redobrar de vigilância revolucionária do topo à base e a aplicar inflexivelmente sanções disciplinares.

III — FUNDOS

Tendo-se analisado a situação financeira do partido, verificou-se:

1º. — Que de há meses a esta parte a entrada de fundos tem diminuído duma forma considerável.

2º. — Que ao mesmo tempo as despesas têm aumentado.

3º. — A continuar esta situação, o nosso Partido não poderá manter a continuidade do seu trabalho nem assegurar a vida dos aparelhos técnicos, defender os quadros da repressão e finalmente dar curso às iniciativas necessárias ao desenvolvimento de toda a actividade futura.

4º. — Esta situação coloca perante todos os camaradas, todas as organizações, todo o Partido, a necessidade do reforçamento de toda a actividade para uma maior recolha de fundos.

5º. — Assim, todas as instruções que têm sido dadas para a realização desta tarefa devem ser levadas à prática com a maior perseverança e interesse.

6º. — Entretanto, as necessidades prementes do Partido colocam a todos os militantes a tarefa de um esforço imediato para se resolver a presente situação através da CAMPANHA E APELO ao «Avante!» para a recolha extraordinária de 100.000\$00 (100 contos) no prazo de quatro meses.

Estas medidas devem ser realizadas para manter a continuidade e o reforço do trabalho partidário.

IV — LUTAS DE MASSAS

Verificando-se que a situação dos trabalhadores se agrava cada vez mais com o agravar da crise que já hoje mina a economia Nacional; Verificando que o fascismo e o patronato, agarrados à propaganda sobre a chamada política da baixa, começam a desencadear uma ofensiva contra os já baixos salários dos trabalhadores; Verificando, por outro lado, existirem por satisfazer toda uma série de reivindicações sentidas pelas massas trabalhadoras, e que, por isso, elas vêm lutando pela sua satisfação:

Conclui-se que, num prazo de tempo relativamente curto estarão criadas condições para largas movimentações de massas. Daí a colocar-se ante todo o Partido as tarefas seguintes:

1ª. — Travar-se em todo o Partido, do topo à base e da base ao topo, larga discussão sobre a situação geral da vida dos trabalhadores e classes médias.

2ª. — Começar a ligar-se mais atenção às pequenas lutas reivindicativas, fomentando-as e organizando-as por toda a parte, sempre à base de reivindicações sentidas pelas massas.

3ª. — Começar a executar-se desde já um trabalho de coordenação nacional, nas indústrias e empresas mais importantes do país, com vistas à unificação das lutas futuras à escala nacional.

a) — Levantando desde já as reivindicações mais sentidas das massas;

b) — Elaborando cadernos reivindicativos e popularizando-os entre as massas;

c) — Fomentando a organização de Comissões de Unidade Operária, Comissões de Unidade Camponesa, Comissões de Unidade Sindical, etc.;

4ª. — As experiências colhidas num sector de actividade, deverão ser transmitidas rapidamente a todo o Partido.

5ª. — Em todos os sectores de trabalho, o Partido deverá levantar as reivindicações das populações, pondo-se à frente na luta pela sua obtenção.

6ª. — Aliado a isto, impõe-se, como tarefa imediata, a continuação da Campanha pela Extinção do Tarrafal, e, a preparação, desde já, de uma Campanha Nacional PRO-AMNISTIA de todos os presos políticos e sociais.

Para que todo este trabalho possa ser realizado com êxito, impõe-se:

1º. — Fortalecer todo o trabalho organizativo do Partido.

2º. — Fortalecer dando-lhe vida política, todos os organismos colectivos de direcção existentes.

3º. — Constituir organismos colectivos de direcção lá onde as condições o aconselhem e permitam.

4º. — Promover audaciosamente nos postos de direcção quadros jovens, confiantes em si, no seu Partido, nas massas e na vitória.

Avante, camaradas, para o melhoramento e fortalecimento de todo o trabalho partidário!

EXPERIÊNCIAS do último MOVIMENTO CORTICEIRO

As vitórias que com as suas lutas o operariado corticeiro tem ariancado ao patronato e ao salazarismo colocam-no entre as primeiras linhas combatentes do proletariado português. Das lutas destes valentes operários têm saído ensinamentos e experiência para muitas outras lutas dos trabalhadores portugueses. Assim, nas lutas pelo aumento de salários em 1943-44 estes operários mantiveram um espírito de unidade e combatividade pouco vulgar entre trabalhadores de outras indústrias portuguesas, o que assinala bem o seu grau de desenvolvimento de consciência de classe. Estes movimentos abrangiram a maioria do operariado corticeiro existente no país, mas muito particularmente no sul esta unidade foi, pode-se dizer, geral. Isto serviu de ensinamento a outros trabalhadores de outras indústrias para conduzirem as suas acções não apenas na sua empresa ou local, mas também num sentido mais amplo, isto é, à escala regional ou a toda a sua indústria.

Neste seu último movimento, os operários corticeiros deram mais um passo. Não limitaram apenas a sua acção à mobilização do operariado corticeiro — deram mais longe. Procuraram mobilizar a luta contra os grandes industriais e o salazarismo o pequeno e médio industrial e o pequeno e médio comerciante de cortiça atingidos também profundamente pela crise. Procuraram fazer uma frente mais ampla de unidade contra a política ruinosa e anti nacional dos trusts favorecida pelo governo. Além disto, procuraram dar à luta uma expressão política também, colocando entre as reivindicações o pedido de reabertura das relações comerciais com a URSS, Checoslováquia, etc.

Foi este aspecto amplo como foi compreendido o movimento que fez recuar mais rapidamente o salazarismo. Foi o receio de uma mobilização mais larga e o próprio conteúdo político que o movimento poderia vir a revestir, quem forçou o governo a procurar uma solução para a crise temporariamente. Não foi por mero acaso que o ministro da Economia na sua última conferência procurou justificar a acção do governo no sentido de resolver a crise corticeira, dizendo que havia comércio com a URSS, etc. O salazarismo verificava que os operários corticeiros estavam a conduzir a luta para um campo que de forma alguma lhe convinha, por isso havia que evitar que ela seguisse esse curso.

Mas enquanto o movimento tivesse estas características novas e os seus lados positivos, teve também muitos aspectos negativos que convém analisar para que se corrijam.

O primeiro aspecto negativo do movimento foi uma deficiente consulta às massas sobre as reivindicações fundamentais a apresentar e a sua agitação em toda a indústria corticeira. Devia ter sido estabelecido um plano reivindicativo homogénio que representasse o sentir geral da classe e não um plano elaborado, conhecido e aceite apenas por um reduzido número. Desta primeira deficiência de uma má consulta às massas para o estabelecimento do plano resultou uma segunda deficiência — a não constituição de Comissões de Unidade eleitas pelas massas para agitarem e mobilizarem as massas, orientando-as na luta, pois teriam o apoio destas. Não seriam Comissões organizadas artificialmente.

Por outro lado, deviam alargar também o número de Comissões Sindicais, procurando constituir-las em todas as empresas, saber dar-lhes vida em apoio às acções que os dirigentes sindicais tinham de empreender. Além destas deficiências, atrás apontadas, a maioria das Comissões existentes e que actuaram não tinham um conhecimento perfeito de como deviam actuar. Nalguns locais forçaram os dirigentes sindicais a levantar o problema da crise junto das autoridades, mas não acompanharam esses dirigentes nem mobilizaram as massas para esse apoio, levando-as aos sindicatos para assembleias e reuniões onde as direcções sentissem a sua pressão e apoio. Assim, numa concentração sindical em L. constituiram a sua comissão; esta resolveu que a direcção do Sindicato se avistasse com as autoridades. Porém, esta comissão, não procurou constituir outras nas restantes empresas da localidade, para coordenação e mobilização das massas dessas empresas, nem acompanhou — para apoiar — a direcção na diligência que esta fez às autoridades. O que resultou de tudo isto? Que as massas não foram mobilizadas, que não se criaram novas comissões sindicais e que mesmo a que se constituiu não cumpriu a sua missão mantendo estreitamente o seu contacto com as massas e a direcção no sentido de ter sempre esclarecidas

aquelas e à altura de as mobilizar para apoiar esta. Noutra localidade foi organizada uma C. Sindical, mas só do conhecimento de parte dos trabalhadores. Numa concentração no Sindicato o presidente deste tomou a ofensiva, declarando que não representava os operários, que era uma comissão comunista ilegal. Outros exemplos poderíamos apresentar onde estes erros foram cometidos; e que não permitiram uma maior mobilização das massas e uma melhor coordenação e alargamento da luta a outras empresas, localidades e regiões.

Uma outra debilidade do movimento foi a morosidade na actuação e falta de contacto entre regiões. Foi elaborada pelos operários uma exposição para ser entregue ao Ministro da Economia, onde se apresentava as reivindicações e pediam providências para a solução da crise, apontando as principais medidas que deviam ser postas em prática. Acontecendo esta orientação dos operários, o subsecretário das Corporações levou os dirigentes traidores do Sindicato de Aveiro a apresentarem uma outra exposição, cujo objectivo foi torpedear a dos operários. Se da parte dos operários tivesse sido estabelecido um contacto estreito para a coordenação da luta entre todas as regiões onde existe indústria corticeira, o que não seria difícil, se se tivessem constituído comissões de enlace para irem a essas localidades pôr a massa operária ao corrente da situação, não seria tão fácil ao subsecretário iludir muitos dirigentes a prestarem-se ao papel a que se prestaram.

Além destas deficiências, mostrou-se também um desinteresse nalgumas empresas e centros corticeiros pela luta contra a crise, porque esses centros não se fazia sentir a crise, em vista de ser indústria transformadora e não ter sido atingida. Se é certo que assim foi, isto não quer dizer que, em lutas futuras, os operários destas empresas devam manter a mesma atitude passiva e de desinteresse. O seu papel deverá ser o de acompanhar os seus companheiros, pois da sua participação na luta poderá depender muitas vezes a vitória. Se o patronato manteve essas empresas a trabalhar os 6 dias é porque tinha compromissos a satisfazer e não com pena dos trabalhadores. A paralização, neste caso, viria acarretar-lhe prejuízo, por isso o seu interesse era o de continuar a manter a laboração; a sua paralização poderia forçá-lo a pressionar o próprio governo a tomar providências muito mais rápidas para a solução da crise.

Os operários corticeiros têm que ter muito em conta todos estes erros e deficiências. A crise na indústria corticeira teve apenas uma solução temporária. Por outro lado, o salazarismo organizou uma Comissão Técnica para reorganizar a indústria corticeira. Esta comissão, na sua maioria composta por representantes das grandes indústrias ou elementos ligados por interesses a elas, irá estabelecer o plano de concentração da indústria corticeira na mão de meia dúzia de monopolistas. Esta concentração acarretará a ruína de toda a indústria caseira e de todo o pequeno e médio fabricante. Os grandes industriais fascistas ficarão, por esse processo, senhores de toda a indústria corticeira e já reclamam a restrição das regalias de todos os operários e operárias corticeiros. Tal como o Partido Comunista vem denunciando, essa concentração tentará transformar os operários corticeiros em verdadeiros escravos.

Impõe-se, portanto, uma luta sem tréguas contra a concentração industrial fascista. Por outro lado, o despacho de Novembro de 1946 ainda não é cumprido por muitos industriais. Os industriais procuram até reduzir ainda já o quadro do pessoal o que significa atirar para o desemprego com muitos operários e operárias.

É necessário reivindicar também as regalias concedidas pelas caixas regionais de Previdência e que lhes foram tiradas pela Federação das Caixas, alegando falta de verba, mas encobrindo que os corticeiros tinham em caixa 12.000 contos em Fevereiro de 1947 e que a contribuição para a Caixa é de 1.000 contos mensais. Tudo isto indica aos operários corticeiros que a sua unidade à escala nacional se torna cada vez mais indispensável e que o seu estreitamento com os pequenos e médios industriais, pois só com estes meios eles poderão enfrentar o qatronato reacçãoário e o salazarismo.

Todas e tas questões colocam aos nossos camaradas e organizações dos centros corticeiros a discussão dos problemas vitais da classe em explicação destas tarefas às massas, ao mesmo tempo que devem intensificar a organização de Comissões Sindicais e de Unidade com vistas à unidade de toda a classe em lutas



futuras.

É necessário fazermos um esforço sério para a reorganização das Comissões existentes e para a formação de novas Comissões, tomando em consideração os elementos colhidos com os êxitos e as deficiências apontadas neste artigo e com a experiência dos próprios camaradas.

E, finalmente, chamamos a atenção dos nossos camaradas e organizações dos centros corticeiros para a intensificação do recrutamento de novos camaradas corticeiros para o Partido. Centenas de operários e operárias corticeiros honestos e dedicados figuram e trabalham como simpatizantes do Partido de várias organizações. Estamos certos de que a maioria desses operários e operárias viriam ao Partido se para isso fossem convidados. A não realização desta tarefa revela sectarismo e desinteresse que precisamos rectificar. Se o fizermos, o nosso Partido ficará fortalecido com alguns novos representantes da valente classe corticeira.

Trabalho conspirativo

Muito se tem falado e escrito sobre a necessidade de aperfeiçoarmos o nosso trabalho conspirativo. Bastantes vezes se tem insistido na necessidade de todos os camaradas serem mais vigilantes e cautelosos na realização das suas tarefas conspirativas. Mas nem sempre todos os camaradas têm compreendido a urgente necessidade de adopção das medidas correspondentes que a situação exige de todos nós.

Salazar e a sua policia fascista estão interessados, primeiro que tudo em atingir o nosso Partido, como uma das medidas fundamentais para a sua manutenção no poder. Eles sabem que se a desorganização do nosso Partido, por intermédio da sua acção repressiva, não podem sentir-se descansados na sua policia de opressão e exploração do nosso Povo.

Cabe a nós, comunistas, sabermos tomar as medidas que se impõem para tornar ineficazes os esforços desperçados que a policia faz para nos atingir.

Neste artigo vamos tratar especialmente dum dos variadíssimos aspectos das deficiências que ainda existem no nosso trabalho conspirativo.

Como é sabido o nosso Partido é hoje um partido nacional, a sua organização estende-se quase a todo o país. A luta do nosso povo, dirigida pelo nosso Partido, não se circunscreve a uma ou outra cidade mais importante, mas sim a todas as terras grande ou pequenas. Daqui resulta a policia ter necessidade de alargar a sua acção repressiva a todo o país. Não é por acaso que a policia tenha destacado agentes seus, em serviço permanente, a todo o país de há um tempo o esta parte. Brigadas de policia percorrem todos os distritos e provincias estabelecendo «quartel» em cidades e vilas de situação estratégica donde irradiam para a sua acção repressiva. Esta tática policial resultante duma acção mais larga do nosso Partido e do nosso Povo, torna possível um contacto mais estreito dos agentes policiais com a sua rede de informadores e com as autoridades locais, o que até aqui se não fazia. Por outro lado, torna possível à policia vigiar mais os nossos militantes e anti-fascistas da provincia, que, na maioria dos casos, se julgam, ou julgavam, de certa forma, isentos da vigilância policial.

Esta situação impõe um maior reforçamento no trabalho conspirativo dos nossos militantes. Maior cuidado nas suas deslocações, permanência ou frequência de locais centrais de fácil identificação, especialmente em terras em que toda a gente se conhece, toma de meio de transporte, etc.

Muitos dos nossos militantes não estão ainda habituados a tomarem medidas convenientes a despistar a acção da policia e dos seus agentes informadores. É frequente, para não dizer quasi geral, utilizarem-se os meios de transporte nas condições menos apropriadas, quando se têm de deslocar para algum encontro, sendo assim facilmente localizável a sua saída e, muitas vezes, o próprio local de destino. Contactam e convivem com demasiada frequência e publicamente com outros camaradas, tornando assim possível a identificação doutros camaradas. Dão e recebem «recados» em sitios inconvenientes, chamando a atenção sobre si, quantas vezes dos próprios policiaes, informadores, autoridades locais, etc.



Esta situação tem e deve terminar. Os nossos camaradas que trabalham na província têm de compreender que a acção da polícia, em meios pequenos, é grandemente facilitada daí um maior perigo para o trabalho conspirativo. Não é estranho a estes erros cometidos, a frequência com que a prisão dum camarada arrasta atrás de si outros que, geralmente, leva à desorganização da organização duma toda localidade.

REFORÇAMOS O

CONTROLE DE EXECUÇÃO!

A escolha de quadros tem uma importância decisiva para o efeito do bom cumprimento duma tarefa. Camaradas há que têm excelentes condições para realizar um determinado género de trabalhos mas têm fracas condições para realizar outros. A nomeação para esta ou aquela tarefa não deve, pois, fazer-se ao acaso, mas exige que se analise bem quem são o Camarada ou Camaradas que melhores condições reúnem para o efeito. Há que ter sempre em conta que da boa ou má escolha dos quadros pode depender o sucesso ou insucesso duma tarefa.

Mas não basta fazer uma acertada escolha de quadros e adormecer à espera que as tarefas apareçam realizadas. Por mais justa que tenha sido uma escolha, e ainda que se tenha estudado minuciosamente com o Camarada ou organismo responsabilizado por uma tarefa todas as possibilidades e meios de a levar à prática, é indispensável acompanhar regularmente a actividade desse camarada ou organismo no desempenho da sua missão, quer dizer, é preciso controlar a execução da tarefa. Sem isso não se pode esperar o seu bom cumprimento. E, inversamente, um bom controle é uma garantia de uma boa execução.

Que se deve entender por controle de execução?

Controle não é fiscalizar. O controle Comunista consiste não apenas em verificar se a tarefa foi ou está a ser convenientemente efectuada, mas também em ajudar a sua realização, criticando a actividade do camarada ou organismo responsável pela tarefa, estudando com ele os meios de vencer as dificuldades, corrigindo, orientando. Controlar é, pois, verificar, ajudar, orientar.

Sempre que o cumprimento de uma tarefa se apresenta deficiente, o camarada ou organismo a quem compete o controle deve fazer uma ampla crítica ao camarada ou camaradas por ela responsabilizados. Sem deixar de salientar os possíveis lados positivos, essa crítica deve apontar claramente as deficiências da actividade, não com o fim de censurar mas para que os camaradas criticados, ficando com uma noção clara dos seus erros e deficiências, possam eliminá-los e produzir trabalho mais eficiente. Quando empregado de um modo correcto, a crítica é o mais poderoso instrumento de aperfeiçoamento da actividade partidária. Para assim ser, para que ela possa ser bem aceite pelos camaradas criticados e constituir para eles um estímulo, tem de ser feita sem azedume, em termos calmos e convincentes. E para ser devidamente construtiva, não pode limitar-se a apontar as falhas da actividade, mas deve indicar **COMO SE DEVERIA TER FEITO E COMO SE DEVE FAZER**.

Isto quer dizer que se põe como tarefa a todo o Partido a organização de um melhor trabalho de controle. É preciso que nas reuniões dos organismos do Partido cada camarada faça um relato circunstanciado da sua actividade, o qual deve ser objecto de ampla discussão e de crítica por parte de todos os camaradas. É preciso que todos os organismos exerçam um controle mais regular e mais rigoroso da actividade dos organismos que estão sob a sua dependência. Não basta, por exemplo, que um Comité Regional controle a actividade de um C. Local, supunhamos, de 2 em 2 ou de 3 em 3 meses, através de um controle rápido em que apenas se troquem impressões ligeiras sobre a actividade desse C. L. Não. O controle dos vários organismos do Partido tem de ser regular e efectivo. E por isto deve entender-se que: 1º, o camarada que vai realizar um controle deve conhecer bem as tarefas que o organismo a controlar tem entre mãos; 2º, esse camarada deve de dispor do tempo necessário para poder discutir largamente e orientar a actividade desse organismo; 3º, é preciso, habituar os organismos do Partido a prestarem um informe largo da sua actividade sempre que são contro-

lados por camaradas de organismos superiores.

Saibamos reforçar o trabalho de Controle em todos os organismos do Partido e a actividade partidária experimentará um considerável impulso.

**GES
PCP**

O PARTIDO e o seu papel

NO MOVIMENTO DE UNIDADE NACIONAL

Na execução da política de unidade nacional que abre, ao nosso país e ao nosso povo, o caminho da Democracia e do Progresso, o nosso Partido pode e deve desempenhar um papel de primordial importância.

O nosso P., como partido da classe operária e como o mais forte partido anti-fascista, pode e deve encabeçar a luta contra a ditadura fascista de Salazar, destral da orientação política do Movimento de Unidade Nacional.

O nosso P., como único partido organizado à escala nacional, pode e deve alargar e aprofundar a organização do Movimento de Unidade Nacional, estendendo-o a todo o país.

O nosso P., como partido forjado nas mais duras provas, as quais têm enriquecido a sua experiência política e fortalecido a sua combatividade, pode e deve por essa experiência e combatividade ao serviço do Movimento de Unidade Nacional.

Estes são, ao mesmo tempo, alguns dos pontos básicos da linha política do nosso Partido, a cuja justeza e compreensão por parte das nossas organizações e militantes e também por parte dos democratas mais combativos, se devem os êxitos alcançados na organização e luta do nosso povo, no terreno da unidade nacional. A confirmar a justeza da sua linha política está o próprio Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista, hoje uma força que pesa na vida política da Nação.

Para nós, comunistas, e para os nossos aliados mais combativos, a existência do M. U. N. A. F. que tende a abarcar mais e mais camadas da população, constitui, pois, um justo motivo de orgulho patriótico.

Contudo, não nos devemos sentir satisfeitos. As responsabilidades que recaem e recairão cada vez mais sobre o nosso P. são de tal natureza e de tal grandeza que, todos os progressos que façamos no campo da unidade nacional, serão sempre poucos.

Posto isto, camaradas, pergunta-se: significam os nossos progressos que não haja deficiências e incompreensões no que se refere à necessidade dum intenso auxílio ao Movimento de Unidade Nacional? Não, camaradas, não significa. Apesar de todo o esforço feito, apesar de tudo quanto se tem dito e aconselhado nesse sentido, ainda há organizações e militantes do P., cujo sectarismo não lhes permite compreender a linha política do nosso P.

Para que façamos ideia das incompreensões de alguns camaradas, neste aspecto, citaremos alguns factos que demonstram até que ponto tais incompreensões continuam arreigadas no espírito de alguns militantes.

Não há muito que, em determinado sector, alguns camaradas expressavam a ideia de que o que interessava ao P. e às massas não era unidade nacional mas «outra coisa».

Por outro lado outros camaradas duma organização operária faziam afirmações deste tipo, ao entregarem-lhes documentos do M. U. D.: "Mas... isto é do M. U. D.. Ah! então não interessa".

Estes dois casos não se citam por citar. Citam-se pelo seu significado e pela sua gravidade, pois que tais camaradas não se limitam às palavras, mas confirmam-nas na sua actuação.

Por outro lado ainda sucede que, ao proceder-se à formação ou a remodelação de Comités de Unidade Nacional, se mandam para aí camaradas sem condições de preparação e acção políticas. Muitas vezes se destacam para os C.U.N. camaradas pelo facto de terem provado mal e não possuem condições para a realização de tarefas partidárias.

Podemos afirmar que os camaradas e organizações que assim procedam estão alegando o que é de mais sagrado para o nosso P. e para o nosso povo, que é a unidade de todas as forças anti-fascistas contra a ditadura fascista de Salazar.

Para as camaradas do primeiro caso referi-lo talvez que o interessante para o P. e para as massas fosse lutar imediatamente pela Revolução socialista e não pela unidade nacional. Mas é aqui precisamente que tais camaradas têm de fazer um esforço no sentido de compreender a orientação política do nosso P., libertando-se, para isso, do sectarismo que tantos danos tem causado e continua causando. É aqui que tais camaradas têm de compreender que a luta pela Revolução socialista não depende da nossa vontade nem dos nossos desejos, mas do amadurecimento das condições revolucionárias. Se levantássemos o problema da Revolução socialista como etapa imediata da nossa luta, não estaríamos favorecendo nem o nosso P., nem o nosso povo, nem sequer a luta pelo socialismo.

Nós, comunistas, temos de ter os pés bem assentes na realidade. E, quando lutamos pela unidade nacional com forças, cujas ideologias são tão distintas da nossa e dos nossos interesses, fazemo-lo por uma necessidade imperiosa imposta pelas circunstâncias. Fazemo-lo com os olhos postos nos superiores interesses do nosso povo e do nosso P..

Uma coisa tem de ficar clara no nosso espírito: é que o nosso P., isolado, não poderá destruir o fascismo salazarista. E precisamente, o interesse deste e o de toda a nação do nosso país consiste em isolar o Partido Comunista das outras forças democráticas para se conservar no poder, sob uma forma reacçãoária, com Salazar ou sem ele.

Ei pois, com toda a justeza que o nosso P. afirma que a libertação do nosso país que nos trará a Liberdade e a Democracia tão desejadas pelo povo português, não pode ser obra dum partido ou duma classe, mas da conjugação dos esforços de todos os grupos políticos nacionais e das massas sem partido: desde os católicos aos comunistas. Numa palavra, de todas as forças anti-salazaristas.

É para bem do nosso Povo que temos que atrair ao campo das forças democráticas os grupos e sectores que, por diferentes razões, estão em oposição ao salazarismo e podem ser aliados da Democracia. Entre esses grupos que hoje se manifestam em desacordo ao salazarismo, encontram-se individualidades monárquicas e militares de influência e prestígio nacional. E, das duas uma: ou os temos como aliados na luta para liquidar o regime salazarista ou como inimigos abertos, agrupados à volta de qualquer figura, procurando impedir o desenvolvimento democrático do nosso país.

Só através da unidade, cada vez mais ampla e sólida das camadas progressivas da população e de todos os patriotas, independentemente de classes ideológicas e crenças que, porventura as possam separar; só através da unidade cada vez mais firme na luta; poderemos destruir a ditadura fascista de Salazar e abrir perspectivas de felicidade e de progresso ao povo português.

Quando examinamos as forças com que temos de contar para a realização da obra do M. U. N. A. F., Vemos um Povo capaz de grandes sacrifícios, mas um povo a quem foram roubadas as liberdades fundamentais. A isto se deve a acentuada divisão entre o movimento operário e o movimento democrático.

Face a uma tal situação, nós, comunistas, devemos transportar para o primeiro plano da nossa actividade o problema da unidade e consagrar todos os nossos esforços e energias para que a unidade nacional se realize e fortifique no desenrolar das lutas do nosso povo pela libertação nacional.

Por outras palavras, não será, possível caminhar decidida e firmemente rumo à vitória do povo português sobre o fascismo salazarista enquanto as forças operárias e as restantes forças democráticas estiverem divididas.

Nós sabemos que a política de unidade nacional não é tarefa fácil, mas sabemos, por outro lado, que ela é a única capaz de solucionar os problemas imitantes que afectam o nosso povo e o nosso País.

Por todas estas razões, levanta-se a necessidade urgente de corrigir as deficiências e ajustar as incompreensões que existem em vários organismos e em camaradas do P., as quais têm travado aquele auxílio que o nosso P. pode e deve dar ao M. U. N. A. F..

